

## **Alerta Legislação nº 02, de 05 a 10 jan. 2026**

### **Boletim semanal**

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça  
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## **DESTAQUES**

### **Governo Federal**

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

#### **LEI Nº 15.334, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Institui o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.  
(...)

**Art. 1º** É instituído o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.  
(...)

#### **LEI Nº 15.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Altera a [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

#### **LEI Nº 15.326, DE 6 DE JANEIRO DE 2026**

Altera a [Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008](#), para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.

### **Governo do Estado de São Paulo**

#### **LEI Nº 18.387, DE 06 DE JANEIRO DE 2026**

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026.

### **Prefeitura de São Paulo**

#### **LEI Nº 18.381, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

(Projeto de Lei nº 636/22, dos Vereadores...)

Autoriza a implantar o Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

#### **DECRETO Nº 64.900, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a celebração de Termos de Cooperação para colaboração com a implantação, manutenção e preservação dos Bosques Urbanos no Município de

São Paulo, criados pelo [Decreto nº 64.063, de 12 de fevereiro de 2025](#), e dá outras providências.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

09/01/2026

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Institui o Código de Defesa do Contribuinte.

### **LEI Nº 15.337, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Altera a [Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018](#) (Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade), para promover a ampliação do mercado do cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacaueiro no Brasil.

### **LEI Nº 15.336, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Altera a [Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021](#), para determinar a publicação periódica de relatórios do Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres.

### **LEI Nº 15.334, DE 8 DE JANEIRO DE 2026**

Institui o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Femicídio.

(...)

**Art. 1º** É instituído o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Femicídio.

(...)

08/01/2026

### **LEI Nº 15.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Altera a [Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) (Estatuto da Cidade), para incluir diretriz de política urbana relativa à construção, instalação, sinalização, higienização e conservação de equipamentos de uso coletivo.

### **LEI Nº 15.332, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Confere ao Município de Maringá, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo.

### **LEI Nº 15.331, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Institui o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, a ser celebrado, anualmente, no mês de julho.

### **LEI Nº 15.330, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Altera o art. 1º da [Lei nº 11.675, de 19 de maio de 2008](#), para designar o açaí como fruta nacional.

### **LEI Nº 15.329, DE 7 DE JANEIRO DE 2026**

Altera o [Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968](#), para dispor sobre a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do Imposto sobre a Renda na fonte incidente sobre os juros

	remetidos para o exterior devidos em razão da compra de bens a prazo.
<b>07/01/2026 (Ed. extra)</b>	<p><b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.333, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 250.000.000,00, para os fins que especifica.</p>
<b>07/01/2026</b>	<p><b><u>LEI Nº 15.326, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a>, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a <a href="#">Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a> (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.325, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.324, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Altera as Leis nºs <a href="#">9.472, de 16 de julho de 1997</a>, e <a href="#">9.295, de 19 de julho de 1996</a>, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.323, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina.</p> <p><b><u>LEI Nº 15.322, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Institui a campanha Julho Dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses.</p>
<b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b>	<b>MARGINÁLIA FEDERAL</b>
<b>Presidência da República (PR)</b>	<p><b><u>DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</u></b> <b><u>MENSAGEM Nº 17, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Senhor Presidente do Senado Federal, Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o <a href="#">Projeto de Lei nº 2.162, de 2023</a>, que "Altera a <a href="#">Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984</a> - Lei de Execução Penal e o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940</a> - Código Penal." (...)</p> <p><b>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)</b> → <b>Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro</b> <b><u>RESOLUÇÃO CDPNB Nº 43, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Institui Grupo Técnico com o propósito de estudar a infraestrutura nacional para reatores nucleares de potência, visando à recepção de Pequenos e Microrreatores Modulares em terra.</p>

<b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MF/MDA Nº 35, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b>  Estabelece o volume de compra de milho para o Programa de Venda em Balcão - ProVB e autoriza o limite para a equalização de preços na venda de milho no âmbito do referido Programa.</p> <p><b><u>PORTARIA MAPA Nº 872, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b>  Estabelece o Regulamento para Ingresso, em território nacional, de Bens Agropecuários Transportados como Bagagem de Viajantes.</p>
<b>Ministério da Fazenda</b>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p>
<b>Ministério da Igualdade Racial</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GAB/MIR Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Regulamenta a Casa da Igualdade Racial e dá diretrizes para composição da equipe técnica especializada.</p>
<b>Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional</b>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO ANA Nº 277, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025 (*)</u></b>  Aprova a revisão ordinária da Agenda Regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA para o período de 2025-2026.  (*) Republicada por ter saído, no DOU de 6-1-2026, Seção 1, págs. 188 e 189, com incorreção no original.</p>
<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MJSP Nº 1.122, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Institui o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais no âmbito da polícia judiciária.</p> <p><b><u>PORTARIA MJSP Nº 1.121, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Altera a Portaria MJSP nº 855, de 17 de janeiro de 2025, que regulamenta o <a href="#"><u>Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024</u></a>, e estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos profissionais de segurança pública.</p> <p><b>POLÍCIA FEDERAL</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 322, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b>  Altera a Instrução Normativa DG/PF nº 311, de 27 de junho de 2025, que disciplina as atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça.</p>

	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS DIGITAIS</b>  ↳ <b>Diretoria de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital</b>  ↳ ↳ Coordenação-Geral de Políticas de Classificação Indicativa  <b><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 3, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA  (...) resolve classificar:  (...)</p> <p><b><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO  (...) resolve classificar:  (...)</p>
<b>Ministério da Pesca e Aquicultura</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MPA Nº 614, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a aplicabilidade das sanções previstas na Portaria nº 127, de 29 de agosto de 2023, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em face de descumprimento do envio do Relatório Anual de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP.</p>
<b>Ministério da Previdência Social</b>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS</b>  ↳ <b>Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão</b>  <b><u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.321, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Aprova o Guia Prático para órgãos e entidades externos (cadastramento de usuários, concessão e controle de acessos ao sistema CNIS).</p>
<b>Ministério da Saúde</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.126, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Designa o Departamento de Cooperação Técnica, Inovação e Desenvolvimento em Saúde - DECOOP/SE/MS como unidade executora e ponto focal do Projeto de Implementação do Primeiro Hospital Inteligente do Brasil, no âmbito da Rede Nacional de Hospitais e Serviços Inteligentes e Medicina de Alta Precisão, e estabelece atribuições relacionadas à seleção, qualificação e fiscalização de contratos de gestão com Organizações Sociais.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  ↳ <b>4ª Diretoria</b>  ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária  <b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 32, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.  (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 31, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p>

	<p>(...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 30, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 23, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 18, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 10, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>(...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.</p> <p>(...)</p>
<b>Ministério de Minas e Energia</b>	<p><b>AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA NUCLEAR (ANSN)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 20, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a alteração da designação das normas regulatórias expedidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, para normas da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN.</p>
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>	<p><b>COMITÊ GESTOR DO GARANTIA-SAFRA</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece as regras de implementação para a safra de 2025/2026, bem como o valor do benefício do Garantia-Safra de que trata o §1º do art. 8º da <a href="#">Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002</a>.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece o calendário de plantio e cronograma de implementação do Programa Garantia-Safra, a partir da safra 2025/2026.</p>
<b>Ministério do Esporte</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MESP/AGU Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Institui o Comitê Gestor da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 e o Grupo Executivo da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027 para as atividades governamentais referentes ao evento a ser realizado no Brasil</p> <p><b><u>PORTARIA MESP Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Institui as Câmaras Temáticas do Comitê Gestor da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 - CGCOPA 2027 e do Grupo Executivo da Copa do Mundo Feminina FIFA 2027 - GECOPA 2027.</p>

<b>Banco Central do Brasil (BCB)</b>	<p><b>ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO</b>  <b>– Departamento Do Meio Circulante</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 698, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Altera a Instrução Normativa BCB nº 108, de 19 de maio de 2021, que estabelece procedimentos para a retirada de circulação de cédulas e moedas metálicas nacionais tidas como falsas ou de legitimidade duvidosa.</p>
<b>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</b>	<p><b>CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CFB Nº 285, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b>  Cria o Sistema de Arquivos do Sistema CFB/CRB (SIARQ-Biblio) e dá outras providências.</p>
<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>	
<b>PUBLICAÇÃO DOE-SP</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>08/01/2026</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 70.332, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024</a>, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Fazenda e Planejamento.</p>
<b>07/01/2026</b>	<p><b><u>VETO PARCIAL A PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2023</u></b>  São Paulo, 6 de janeiro de 2026.  (...)  De iniciativa parlamentar, a proposição altera a redação do artigo 17 do <a href="#">Decreto-Lei nº 260, de 29 de maio de 1970</a>, que trata da inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.  (...)  <b><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.438, DE 06 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Estabelece nova redação ao artigo 17 do <a href="#">Decreto-Lei nº 260, de 29 de maio de 1970</a>(*).  (*) Dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo  <b><u>LEI Nº 18.387, DE 06 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2026.  <b><u>DECRETO Nº 70.331, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p>

	Transfere, da Secretaria de Gestão e Governo Digital para a Secretaria de Desenvolvimento Social, a administração do imóvel que especifica e autoriza a outorga de uso ao Município de Palmital.
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</b>	<b>AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA)</b> <b><u>PORTARIA APTA Nº 002, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Estabelece normas para a comercialização de produtos oriundos da programação técnico-científica, definidos como resíduos de pesquisa, pelas Unidades da Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios - APTA, e define critérios para o estabelecimento de preços.
<b>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 01/2026</u></b> Regulamenta os critérios de cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no Estado de São Paulo para oferta de serviços socioassistenciais.
<b>Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 01/2026</u></b> Estabelece o valor-base para determinação das faixas de atendimento do Programa CASA PAULISTA - Apoio ao Crédito Habitacional, na modalidade Carta de Crédito Individual ("Carta de Crédito Imobiliário").
<b>Secretaria da Educação (SEDUC)</b>	<b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo - PEC e de Coordenador de Equipe Curricular - CEC, da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas
<b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b>	<b>SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL</b> <b>→ Diretoria Geral Executiva da Administração Tributária</b> <b>→ → Diretoria de Cobrança e Arrecadação</b> <b><u>COMUNICADO DICAR Nº 07, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de dezembro de 2025.  <b><u>COMUNICADO DICAR Nº 06, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b>



	<p>Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de ICMS.</p> <p><b><u>COMUNICADO DICAR Nº 05, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de ICMS.</p> <p><b><u>COMUNICADO DICAR Nº 04, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas</p> <p><b><u>COMUNICADO DICAR Nº 03, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Taxas.</p> <p><b><u>COMUNICADO DICAR Nº 02, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD.</p> <p><b><u>COMUNICADO DICAR Nº 01, DE 2 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30 de janeiro de 2026 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p>
<p><b>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 01, DE 02-01-2026</u></b> Dispõe sobre a metodologia, os procedimentos e os instrumentos para a execução do Projeto Piloto de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT no âmbito da Secretaria de Gestão e Governo Digital</p> <p><b>SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP Nº 01, DE 05 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Dispõe sobre a uniformização de procedimentos relativos à concessão, fruição, fracionamento, acumulação e registro das férias dos servidores da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo.</p> <p><b><u>PORTARIA SGP Nº 01, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b> O Subsecretário de Gestão de Pessoas Substituto, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria: <b>Art. 1º</b> - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de DEZEMBRO/2025, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 07-01-2026 – Celetistas, Dia 08-01-2026 - Pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. <b>Art. 2º</b> - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 08-01-2026. <b>Art. 3º</b> - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p><b><u>COMUNICADO DFP Nº 0001, DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b> (...)</p>

	<p><b>Artigo 1º</b> – Ficam disponibilizadas aos consignados, na plataforma SOU.SP.GOV.BR, as seguintes funcionalidades, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 60.435, de 13/5/2014:</p> <p>I – autorização para que a consignatária realize consulta da margem consignável, histórico da margem e dados funcionais do consignado;</p> <p>II – aprovação de novos contratos de consignação em folha de pagamento, mediante reconhecimento biométrico;</p> <p>III – consulta da margem consignável;</p> <p>IV – consulta das consignações já contratadas.</p> <p>(...)</p>
<b>Secretaria da Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a pontuações e demais aspectos relativos à avaliação dos títulos e trabalhos de que tratam os artigos 5º e 6º do <a href="#">Decreto nº 69.864, de 15 de setembro de 2025</a>(*), para fins de promoção dos servidores integrantes das classes abrangidas pela <a href="#">Lei complementar nº 1.193, de 02 de janeiro de 2013</a>(**)</p> <p>(*) <i>Regulamenta a evolução funcional da carreira de médico de que trata a Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, altera o Decreto nº 59.156, de 6 de maio de 2013, que regulamenta o processo de avaliação para fins de pagamentos do Prêmio de Produtividade Médica - PPM e dá providências correlatas.</i></p> <p>(**) <i>Institui a carreira de Médico, e dá providências correlatas</i></p>
<b>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</b>	<p><b>REITORIA</b></p> <p>– Gabinete do Reitor</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 01/2026, DE 6 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece para o exercício de 2026, o número de bolsas e auxílios estudantis.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO GR Nº 38/2025, DE 23/12/2025</u></b></p> <p>Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), por aferição virtual nos concursos para provimento de cargo de Professor Doutor da carreira do Magistério Superior, abertos nos termos da Deliberação CONSU-A- 19/2024.</p>
<b>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</b>	<p><b>REITORIA</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 49, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b></p> <p>Dispõe sobre a criação do curso de doutorado acadêmico no programa de pós-graduação em Ensino e Processos Formativos, interunidades, entre o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do campus de São José do Rio Preto, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal e a Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira.</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>

<p><b>09/01/2026</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 64.900, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a celebração de Termos de Cooperação para colaboração com a implantação, manutenção e preservação dos Bosques Urbanos no Município de São Paulo, criados pelo <a href="#">Decreto nº 64.063, de 12 de fevereiro de 2025</a>, e dá outras providências.</p>
<p><b>08/01/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.385, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  (Projeto de Lei nº 82/25, dos Vereadores...)  Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital, capacitadas e remuneradas pelo Poder Público, para cuidar de idosos também residentes na periferia da Cidade.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.384, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  (Projeto de Lei nº 1190/25 - Vereador Carlos Bezerra Jr. – PSD)  Altera a <a href="#">Lei Municipal nº 14.471, de 10 de julho de 2007</a>, para declarar Turim, na Itália, cidade-irmã da Cidade de São Paulo.</p> <p><b><u>LEI Nº 18.383, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  (Projeto de Lei nº 578/25 dos Vereadores...)</p> <p><b><u>LEI Nº 18.381, DE 7 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  (Projeto de Lei nº 636/22, dos Vereadores...)  Autoriza a implantar o Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p><b>05/01/2026</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.379 DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre a remissão de créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidentes sobre imóveis utilizados como teatros ou espaços culturais localizados no Distrito da Bela Vista e outros.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 64.895 DE 5 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, nos termos do artigo 46 da <a href="#">Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</a>, com a nova redação dada pelo artigo 14 da <a href="#">Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023</a>, bem como corrige os valores previstos no artigo 6º-A do <a href="#">Decreto nº 63.130, de 19 de janeiro de 2024</a>, pelo Índice Nacional de Custo da Construção – INCC - M, considerados os índices relativos ao período de maio de 2025 a 31 de dezembro de 2025.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>